

TERMO DE REFERÊNCIA

(Decreto Legislativo n.º 06/2023, Título II, Seção III)

CCD: 14.01.04.02

Processo de aquisição

REQUISITANTE: Departamento Administrativo I Setor de Infraestrutura e Logística

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Aquisição de minibomba pressurizadora de água e filtro Y.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 A aquisição de um pressurizador de água se faz necessária para garantir a adequada pressão e regularidade no abastecimento hidráulico do 2º andar do prédio principal. O sistema atual apresenta oscilações e baixa pressão, comprometendo o funcionamento adequado das torneiras e descargas. A baixa pressão de água, especialmente na descarga, tem causado alguns transtornos para seus usuários.

3. FORMA DE CONTRATAÇÃO

3.1. Tipo de contratação: **Contratação Direta**, a ser verificada pelo Setor de Compras e Contratos

3.2. Modalidade: **Dispensa de Licitação**, a ser verificada pelo Setor de Compras e Contratos

3.3. Indicação da adoção ou não do SRP: **Não**. A principal razão para a não adoção do SRP neste caso é a necessidade de contratação imediata e específica do bem e serviço em questão. A urgência e a especificidade do objeto licitado exigem que a contratação seja realizada de forma direta e imediata, sem a necessidade de registro de preços que poderia atrasar o processo e comprometer a eficiência da Administração.

3.4. Critério de julgamento: **Menor preço**

3.5. Critério de adjudicação: **Item**. Considerando as peculiaridades do mercado local e visando à obtenção da proposta mais vantajosa, a contratação está estruturada por item, de forma a ampliar a competição e evitar a concentração de mercado, conforme previsto nos incisos do § 2º do art. 40 da Lei nº 14.133/2021.

3.6. Permissão para subcontratação: **Não**

4. REQUISITOS DO FORNECEDOR

4.1. Os equipamentos fornecidos devem conter todas as informações necessárias à perfeita caracterização delas, em Língua Portuguesa, incluindo marca, modelo, composição e demais especificações essenciais para a correta identificação dos produtos.

4.2 Os equipamentos, que devem ser novos, devem ser entregues em perfeito estado, isento de marcas, arranhões ou quaisquer outros problemas físicos que possam comprometer sua integridade, dentro da embalagem original e com seus respectivos manuais.

4.3 Os produtos devem ter identificação de fácil verificação das especificações aceitas na licitação, bem como serem acondicionados em embalagens que garantam a sua integridade e as informações obrigatórias do produto, a logística deve garantir criteriosos cuidados de transporte, a fim de evitar a necessidade de substituição dos itens contratados

5. PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

5.1. A vigência inicia com a publicação do contrato ou instrumento equivalente no Portal Nacional de Compras Públicas e seu prazo coincide com a execução do objeto e respectivo recebimento definitivo, observado o disposto no art. 111 da Lei 14.133/21.

6. MODELO DE GESTÃO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.3. A execução do objeto deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato o servidor Any I A F de Araújo, email: oisabelle@camarapiracicaba.sp.gov.br telefone 19.3403.7131, e a gestor do Contrato Brígido Fernandes da Cruz Júnior, e-mail: brigido.cruz@camarapiracicaba.sp.gov.br, nos termos da Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput.

6.3.1. A comunicação entre as partes se dará através dos telefones e e-mails indicados.

6.3.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.3.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

6.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.7. As comunicações entre esta Casa e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.8. A Câmara poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.9. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Câmara Municipal poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial de apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7. PRAZO PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO OU ENTREGA DO OBJETO

7.1. O início da execução contratual se dá a partir da divulgação do contrato ou instrumento equivalente no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Efetuar o fornecimento/execução do objeto, de acordo com as especificações que foram estabelecidas pela Câmara Municipal de Piracicaba;

8.2. Arcar com todas e quaisquer despesas, tais como, transporte, entrega e o descarregamento no local determinado, encargos sociais, seguros, tributos diretos e indiretos, incidentes sobre o fornecimento/execução do objeto.

8.3. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até o fornecimento/execução do objeto, incluindo as entregas feitas por transportadoras;

8.4. Obedecer às especificações do objeto, observando a qualidade, prazos estabelecidos neste Termo de Referência, bem como a marca, modelo e demais condições constantes da proposta apresentada;

8.5. Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas em lei durante a vigência contratual;

8.6. Designar, formalmente, um representante nos casos em que o ajuste se der por Contrato, com poderes para operacionalizar a execução do ajuste, assumindo o gerenciamento de todas as atividades inerentes ao seu fiel cumprimento;

8.7. Acatar as recomendações feitas pela fiscalização da Câmara, facilitando a ampla ação desta, com pronto atendimento aos pedidos de esclarecimentos porventura solicitados;

8.8. Comunicar, por escrito, qualquer anormalidade verificada na execução do objeto e prestar os esclarecimentos necessários;

8.9 Cumprir todas as disposições constantes neste Termo de Referência.

9. REGIME DE EXECUÇÃO

9.1. Entrega única

9.2. Prazo de entrega: **5 (cinco) dias**

9.3. Local de entrega: Almoxarifado da Câmara Municipal de Piracicaba (Prédio Principal – R. Alferes José Caetano, 834 – Centro – Piracicaba/SP – CEP 13400120)

9.4. Horário de entrega: de segunda a sexta-feira, das 8h às 16h45

9.5. Quando das entregas, as empresas deverão observar que a Câmara Municipal de Piracicaba está localizada na região central da cidade e, portanto, há restrições com relação à circulação de caminhões.

9.6. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **2 (dois) dias** de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

9.7. Os bens serão recebidos provisoriamente, por esta Casa, de forma sumária, no prazo de **02 (dois) dias**, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, pelo Fiscal/Gestor/Requisitante/comissão ou quem técnico designado, que emitirá o recebimento definitivo.

9.8. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **2 (dois) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.9. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de **3 (três) dias**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado ou ateste na nota fiscal.

9.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ética profissional pela perfeita execução do contrato.

10. PENALIDADES

10.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - Dar causa à inexecução parcial ou total do ajuste;

II - Dar causa à inexecução parcial do ajuste que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

IV - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

V - Não celebrar o ajuste ou não entregar a documentação exigida, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VI - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;

VII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o processo ou a execução do ajuste;

VIII - Fraudar o processo de contratação ou praticar ato fraudulento na execução do ajuste;

IX - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

X - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

XI - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

XII - Dar causa à inexecução total do ajuste.

10.2. Pelas infrações administrativas previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, a Câmara Municipal de Piracicaba poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e no máximo 30% (trinta por cento) sobre o valor da obrigação não adimplida;

III - Impedimento de licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta no âmbito do Município de Piracicaba, na forma do artigo 156, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021;

10.2.1. A sanção prevista no inciso I do item acima será aplicada exclusivamente pela infração prevista no inciso I do item anterior, caso não se justifique imposição de penalidade mais gravosa.

10.2.2. A sanção prevista no inciso II do item acima será aplicada por qualquer das infrações previstas no item anterior.

10.2.3. A sanção prevista no inciso III do item acima será aplicada pelas infrações previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do item anterior, bem como pelas infrações previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do mesmo item.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para a Administração Pública e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. As infrações administrativas serão apuradas através de processo sancionatório e todas as intimações e comunicações a respeito do referido processo se darão através do e-mail cadastrado no SICAF, comprometendo-se a licitante a manter atualizados esses dados.

10.5. No processo sancionatório também serão consideradas as disposições constantes no Ato da Presidência n.º 11/2024 (<https://www.legislacaodigital.com.br/Piracicaba-SP/AtosPresidencia/11-2024/Arquivos/2>).

11. FORMA DE PAGAMENTO

11.1. O(s) pagamento(s) será(ão) realizado(s) após a apresentação da nota fiscal/fatura e documentos exigidos, se houverem, em até 15 (quinze) dias do atesto de recebimento definitivo pelo gestor.

11.1.1. Antes do pagamento, será procedida consulta online junto aos órgãos correspondentes, para verificação da situação dessa, relativamente à Certidão Negativa de Débito relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, ao Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e à Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), bem como demais documentos exigidos para assinatura do contrato ou que se fizerem necessários.

11.2. O pagamento será creditado em favor da contratada, por meio de ordem bancária ou boleto, devendo para isto ficar explicitado na proposta ou nota fiscal o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

12. CONDIÇÕES DE REAJUSTE

12.1. Os preços serão fixos e irreajustáveis para um período de 12 (doze) meses, contados da data da elaboração do orçamento estimado.

12.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação do índice a ser indicado pelo Setor de Compras e Contratos, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas a ocorrência da anualidade.

12.2.1. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.3. O reajuste será aplicado para entregas/serviços realizados a partir do 1º dia do 13º mês.

13. GARANTIA CONTRATUAL

13.1. Não será exigida garantia contratual para esta contratação.

14. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTIDADES

IT	UN.	QTE.	DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	LOTE 01
A	UN.	1	MINIBOMBA PRESSURIZADORA DE ÁGUA	<p>MINIBOMBA PRESSURIZADORA DE ÁGUA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Acionamento automático por fluxostato • ≥ 120W potência; tensão 127V; • ≥ 10 m.c.a • ≥ 3500 rpm, • Conexões ¾" • Fluxo de água ≥ 30L/min. • Baixo nível de ruído, com protetor térmico e filtro de partículas • Acompanha flange de redução ½" • Classe de Proteção IP 44 • Garantia ≥ 12 meses <p>Normas de segurança: o equipamento deve atender às normas técnicas de segurança vigentes</p> <p>MODELO DE REFERÊNCIA (art. 41, I-d,) Marca: TP 40 - Komeco</p>	
B	UN.	1	FILTRO Y PARA MINIBOMBA	<p>FILTRO Y PARA BOMBA PRESSURIZADORA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Filtro Y 3/4 (25mm), latão, com tela de aço inox PN20 	

DA GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

14.1 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

14.2 O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, **12 (doze) meses**, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

14.3 Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

14.4 A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para a CONTRATANTE.

14.5 A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo própria CONTRATADA, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

14.6 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

14.7 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

14.8 Caso os bens apresentem vícios ou defeitos, a CONTRATADA, após ser notificada, deverá providenciar a reparação ou substituição do bem no prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos**, conforme o art. 18 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), contados a partir do primeiro dia útil subsequente à notificação enviada à CONTRATADA.

14.9 Considerando que a Administração Pública, ao adquirir bens para consumo próprio, atua como destinatária final desses produtos, e à luz do disposto no art. 4º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), admite-se a aplicação analógica dos dispositivos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), no que couber, especialmente quanto às normas de garantia, vício do produto e prazo para reparo.

14.10 O prazo de **30 (trinta) dias** para reparo do produto não será renovado a cada nova entrada do bem em manutenção, devendo ser contabilizado de forma acumulada nos casos de reincidência.

14.11 Ultrapassado esse prazo, a CONTRATADA ficará obrigada a realizar a substituição imediata do bem por outro novo e de características equivalentes, cf. art. 18, do CDC, vedada a restituição de valores ou o abatimento proporcional do preço, em razão da impossibilidade legal de devolução de recursos a essa Administração Pública.

14.12 Nessa hipótese, a CONTRATADA deverá proceder à substituição definitiva do bem por outro novo, da mesma espécie e com as mesmas características técnicas e funcionais, no prazo máximo de **3 (dias) dias corridos**.

14.13 Poderá ser concedido, excepcionalmente, e a exclusivo critério da Administração, a prorrogação de prazo, por igual período, para nova tentativa de reparo, mediante justificativa formal da CONTRATADA, desde que, de forma imediata e sem ônus para a Administração, seja fornecido um equipamento substituto, com as mesmas características técnicas e funcionais, para uso provisório até a solução definitiva do problema.

14.14 A substituição provisória visa garantir a continuidade do serviço público e não exime a CONTRATADA da obrigação de sanar o vício no menor prazo possível, nem prorroga o prazo da garantia do bem original.

14.15 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação da CONTRATANTE ou a apresentação de justificativas pela CONTRATADA, fica a CONTRATANTE autorizado a contratar empresa diversa para realizar os reparos, ajustes ou substituição do bem ou de seus componentes, cabendo à CONTRATADA o reembolso integral dos custos assumidos pela Administração, sem prejuízo da manutenção da garantia originalmente pactuada.

14.16 Caso a CONTRATADA não solucione o problema dentro do prazo adicional concedido, a Administração poderá, independentemente de nova notificação, aplicar as penalidades cabíveis.

14.17 Na hipótese de a CONTRATADA alegar que o defeito ou dano apresentado no bem fornecido decorre de mau uso por parte da Administração, competirá exclusivamente à CONTRATADA a apresentação de laudo técnico fundamentado que comprove, de forma inequívoca, a origem do vício.

14.18 Não sendo comprovado tecnicamente o mau uso, o defeito será considerado como vício de fabricação ou funcionamento, cabendo à CONTRATADA a devida reparação ou substituição do bem, nos prazos e condições estabelecidos neste TR.

15. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE (SE FOR O CASO)

15.1. A Contratada será responsabilizada por qualquer prejuízo que venha causar à Câmara Municipal em virtude de ter suas atividades suspensas, paralisadas ou proibidas por falta de cumprimento de normas ambientais ligadas à comercialização do objeto do presente Termo de Referência.

15.2. Os equipamentos/materiais/serviços objeto deste Termo de Referência deverão, sempre que possível, seguir as diretrizes de sustentabilidade ambiental, observando-se: menor impacto sobre os recursos naturais; maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; maior vida útil e menor custo de manutenção do bem; e origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados na concepção e elaboração dos materiais.

15.3. Considerando os riscos potenciais ao meio ambiente e à saúde pública ocasionados pela contratação, caberá à Contratada observar as políticas socioambientais, principalmente o correto descarte e o gerenciamento adequado de resíduos, no que tange à coleta, reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final, assumindo o compromisso de cumprir toda a legislação vigente.

15.4. Não obstante, sem prejuízo do indicativo no presente Termo de Referência, a Contratada deverá, ainda:

15.4.1. Observar a destinação adequada aos resíduos gerados durante suas atividades;

15.4.2. As embalagens dos equipamentos/materiais, quando possível, deverão ser feitas em material reciclável; e

15.4.3. Respeitar a legislação e as Normas Técnicas brasileiras – NBR publicadas pela ABNT sobre resíduos, bem como as normas do INMETRO.

16. PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS E TOTAIS POR ITEM

Os valores serão apurados pelo Setor de Compras e Contratos através de pesquisa de preços, conforme preceitua artigo 8º, § 3º e seguintes do Decreto Legislativo nº 06/2023.

17. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

Os valores serão apurados pelo Setor de Compras e Contratos através de pesquisa de preços, conforme preceitua artigo 8º, § 3º e seguintes do Decreto Legislativo nº 06/2023.

18. Declaramos a impossibilidade de inclusão do objeto como item autônomo em algum processo licitatório da Câmara Municipal, na presente data;

19. Declaramos que não há existência de previsão de demanda, ainda no ano corrente, por itens que podem ser adquiridos conjuntamente àqueles que compõem o presente Termo, por este Requisitante;

20. A demanda consta no Plano de Contratações Anual (2025), disponibilizado no Portal da Transparência e no PNCP,

21. ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

() Em anexo

(x) Não consta, conforme justificativa a seguir, observado o art. 11 do Decreto Legislativo n.º 6/2023:

I - a sua realização mostrar-se incompatível, sob o ponto de vista da eficiência e economicidade, com a natureza e o valor do objeto da contratação;

II - pelas circunstâncias e elementos consignados no documento de oficialização da demanda, restar evidenciada, de forma inquestionável, a melhor solução para o atendimento da necessidade da Administração.

DATA DA ELABORAÇÃO: 05 DE DEZEMBRO DE 2025.

ANY I A F DE ARAÚJO
RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TR

ANY I A F DE ARAÚJO
FISCAL DO CONTRATO

BRÍGIDO FERNANDES DA CRUZ JÚNIOR
GESTOR DO CONTRATO

BRÍGIDO FERNANDES DA CRUZ JÚNIOR
CHEFE DO SETOR RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO

MILENA P. F. DIONÍSIO
DIRETOR DO DEPARTAMENTO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO